

Acções de Formação c/despacho > Imprimir (id #101743)

Ficha da Acção

Designação Práticas de Educação para a Saúde como complemento ao sucesso pleno

Região de Educação **Área de Formação** A B C D

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Oficina de Formação

Duração

Nº Total de horas presenciais conjuntas 12.5 Nº Total de horas de trabalho autónomo 12.5

Nº de Créditos 1

Calendarização

Entre 2 e 6 (meses)

Cód. Área D11 **Descrição** Educação para a Saúde

Cód. Dest. 15 **Descrição** Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Dest. 50% SD **Descrição** Sem destinatários

Nº de formandos por cada realização da acção

Mínimo 5 Máximo 20

Reg. de acreditação (ant.) CCPFC/ACC-93891/18

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 9858286 **Nome** Ana Maria da Silva Cunha **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-32120/12

Componentes do programa Todas **Nº de horas** 12.5

B.I. 11261952 **Nome** SOFIA MARGARIDA BERNARDO LOPES MORAIS **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-31083/12

Componentes do programa **Nº de horas** 12.5

B.I. 11893497 **Nome** SÓNIA ALEXANDRA CLARO CASADO **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-31091/12

Componentes do programa **Nº de horas** 12.5

B.I. 11992652 **Nome** Miriam Sílvia Nascimento **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-33795/13

Componentes do programa **Nº de horas** 12.5

B.I. 12492589 **Nome** Patrícia Alexandra Morais Videira **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-35085/14

Componentes do programa **Nº de horas** 12.5

B.I. 71011496 **Nome** Laura Lorenzo Vázquez **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-35170/14

Componentes do programa **Nº de horas** 12.5

Formadores sem certificado de registo

Anexo B

A preencher nas modalidades de Oficina, Estágio, Projecto e Círculo de Estudos

Razões justificativas da acção: Problema/Necessidade de formação identificado

A Carta de Ottawa associa a saúde ao maior recurso para o desenvolvimento social, económico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida, considerando que na saúde dos indivíduos intervêm fatores políticos, económicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos.

Uma vez que os jovens passam a maior parte do seu dia nos estabelecimentos de ensino, em permanente contacto com os seus pares, a escola tem um papel fundamental na formação geral dos indivíduos, assente em princípios de equidade, correspondendo a locais singulares que em muito podem colaborar para a promoção da saúde e do bem-estar (Marinho, Anastácio e Carvalho, 2010).

Segundo a Direção – Geral da Educação (DGE), em contexto escolar, educar para a saúde consiste em dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar física, social e mental, bem como a saúde dos que os rodeiam, conferindo-lhes assim um papel interventivo.

Compreendida a necessidade de implementar, de forma concreta, a Educação para a Saúde na Escola, é indispensável definir o melhor processo para que esta se transforme numa prática efetiva e com resultados significativos. A este propósito, tal como é referido por Sampaio (2007) a Educação para a Saúde só obterá resultados expressivos se for integrada no quotidiano escolar, deixando de ser uma atividade de

certos professores ou de algumas organizações exteriores à escola.

Podemos referir, ainda (Sousa e Batista, 2007), que para fortificar a eficiência dessas atividades e aprendizagens, os projetos de Educação para a Saúde devem privilegiar uma ação caracterizada pela continuidade, integrada nas dinâmicas curriculares e organizacionais da Escola e contextualizada no seu Projeto Educativo. A participação ativa de toda a Comunidade Educativa deverá ser uma evidência, essencial na criação de condições que fortaleçam os fatores protetores (como a boa autoestima, competências de relacionamento interpessoal, famílias com envolvimento afetivo e padrões de comunicação claros ou comunidades que promovam o fortalecimento dos laços entre os jovens e as instituições). O envolvimento da comunidade educativa deverá contribuir, simultaneamente, para minimizar os fatores de risco (baixa autoestima, fraca tolerância à frustração, problemas de saúde mental, desvalorização das normas e regras, pouca resistência à pressão de pares na adolescência, insucesso escolar e fraca ligação à escola, famílias com disfunções ao nível da comunicação afetivo - emocional, entre outros). Somente assim, será possível reduzir vulnerabilidades pessoais e sociais, bem como comportamentos desajustados. Como se pode verificar, a viabilização de um projeto de Educação para a Saúde, bem alicerçado e ajustado ao contexto real, exige a capacidade de gerir múltiplos fatores. Essa capacidade que é exigida aos professores, raramente é inata e dificilmente se desenvolve apenas com base na experiência profissional. A formação adequada, para a elaboração e cumprimento de projetos deste calibre, passa a ser uma exigência fundamental. Assim, resta-nos apenas acrescentar que, para tornar possível a aplicação da Educação para a Saúde em contexto escolar, de forma transversal e contínua, será fundamental apostar na formação dos professores das diferentes disciplinas e áreas curriculares não disciplinares. Só assim, será possível, a qualquer professor ganhar a confiança necessária à concretização de um projeto neste âmbito. Em termos de legislação relativa à aplicação da Educação para a Saúde em meio escolar, salientamos o Despacho nº25.995/2005, de 16 de dezembro (determinou a obrigatoriedade de as escolas incluírem no seu Projeto Educativo a área da Educação para a Saúde), o Despacho nº 15 987/2006, de 27 de setembro de 2006 (determina a inclusão no Projeto Educativo das escolas temáticas conexas com a Promoção e Educação para a Saúde, definindo, como áreas prioritárias, a alimentação e atividade física, o consumo de substâncias psicoativas, a sexualidade, as infeções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-SIDA e a violência em meio escolar). Mais recentemente, foi apresentada a Lei nº 60, de 6 de agosto de 2009 e que estabelece a aplicação da Educação Sexual em meio escolar (de forma integrada no âmbito da Educação para a Saúde, nas áreas curriculares disciplinares e/ou não disciplinares). Esta lei foi, posteriormente, regulamentada pela Portaria nº 196-A, de 9 de abril de 2010. A lei nº60, embora centrada apenas na Educação Sexual, pela sua obrigatoriedade, permitiu direcionar alguma atenção na importância da Educação para a Saúde, da qual a Educação Sexual é parte integrante. Será pertinente acrescentar o facto de educar para a saúde pressupor, não apenas um aumento e organização de conhecimentos, mas também, uma modificação da forma de compreender, expressar e viver a vida, podendo ser entendida como «uma atividade intencional que requer um programa com a análise da realidade ou definição do problema, objetivos, atividades, conteúdos e definição e avaliação de um método de trabalho.» (Serrano Gonzáles, 1997, citado em Antunes, 2008b, p.628).

A existência de um protocolo entre os Ministérios da Educação e da Saúde, assinado em 7 de fevereiro de 2006, reforça o trabalho conjunto e a cooperação ao nível central, regional e local, com vista à promoção e educação para a saúde em meio escolar.

A Organização Mundial de Saúde em 2009 definiu como Escola Promotora da Saúde (EPS) “uma escola que fortalece sistematicamente a sua capacidade de criar um ambiente saudável para a aprendizagem. A EPS é, assim, um espaço em que todos os membros da comunidade escolar trabalham, em conjunto, para proporcionar aos alunos, professores e funcionários, experiências e estruturas integradas e positivas que promovam e protejam a saúde”.

Baseado neste conceito, a Direção-Geral da Educação apresentou o novo Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES), que foi homologado por despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário em 3 de setembro de 2014, com enfoque nas seguintes áreas:

- Saúde Mental e Prevenção da Violência
- Educação Alimentar e Atividade Física
- Comportamentos Aditivos e Dependências
- Afetos e Educação para a Sexualidade

Efeitos a produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didáticos

Com este plano de formação pretende-se ir de encontro aos objetivos do Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES):

- Promover a literacia em saúde;
- Promover atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis;
- Valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- Criar condições ambientais para uma Escola Promotora de Saúde;
- Universalizar o acesso à educação para a saúde em meio escolar;
- Qualificar a oferta da educação para a saúde em meio escolar;
- Consolidar o apoio aos projetos em meio escolar.

Conteúdos da acção

1ª Sessão (presencial) – 2,5 horas

- Apresentação da ação: programa, desenvolvimento e avaliação
- Saúde Mental e Prevenção da Violência
- Saúde mental: uma prioridade da saúde pública
- Noção de Bullying
- Sentimentos das vítimas de bullying
- Características típicas dos agressores
- Medidas a tomar em caso de bullying
- Atividades a desenvolver nas áreas curriculares e não curriculares

Trabalho autónomo – 2,5 horas

Planificação e respetiva aplicação prática de operacionalização de uma atividade relativa à temática do Bullying

2ª Sessão (presencial) – 2,5 horas

- Igualdade de género
- Género e cidadania
- Estereótipos de género
- Desigualdade entre mulheres e homens
- Razões para a assimetria entre mulheres e homens
- Trajetórias profissionais e género
- Atividades a desenvolver nas áreas curriculares e não curriculares

Trabalho autónomo – 2,5 horas

Planificação e respetiva aplicação prática de operacionalização de uma atividade relativa à temática da igualdade de género

3ª Sessão (presencial) – 2,5 horas

- Educação Alimentar e Atividade Física
- Roda dos alimentos
- Dieta mediterrânica
- Atividade física e respetiva importância num estilo de vida saudável
- Transtornos alimentares e nutrição
- Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável

Trabalho autónomo – 2,5 horas

Planificação e respetiva aplicação prática de operacionalização de uma atividade relativa à Educação Alimentar e Atividade Física

4ª Sessão (presencial) – 2,5 horas

- Comportamentos Aditivos e Dependências
- Substâncias lícitas e ilícitas
- Novas substâncias psicoativas
- Dependência do jogo e redes sociais
- Riscos associados às dependências
- Papel da escola na prevenção das dependências
- Estratégias para prevenir/ combater as dependências

Trabalho autónomo – 2,5 horas

Planificação e respetiva aplicação prática de operacionalização de uma atividade relativa à temática das dependências

5ª Sessão (presencial) – 2,5 horas

- Infeções sexualmente transmissíveis (ISTs) e métodos contraceptivos
- Exemplos de ISTs
- Vias de transmissão, sinais e sintomas das ISTs
- Prevenção e deteção das ISTs
- Métodos contraceptivos de barreira e hormonais – vantagens/ desvantagens
- Planeamento familiar
- Contraceção de emergência

Trabalho autónomo – 2,5 horas

Planificação e respetiva aplicação prática de operacionalização de uma atividade relativa à temática das Infeções sexualmente transmissíveis e Métodos contraceptivos.

Metodologias de realização da acção

As sessões terão um carácter teórico-prático. Para cada tópico serão disponibilizadas documentação e bibliografia específicas. O trabalho dos formandos organizar-se-á de acordo com uma apresentação dos conteúdos e orientações para a aplicação prática dos conteúdos abordados. Como se pretende que o percurso formativo tenha implicações diretas na prática pedagógica dos professores envolvidos na ação, a aplicação e experimentação das metodologias e estratégias refletidas e delineadas no decurso das sessões presenciais conjuntas serão realizadas nos locais de trabalho dos formandos. Desse modo, a cada uma das sessões presenciais, seguir-se-á um momento de trabalho autónomo que visará a implementação de tarefas em contexto de sala de aula.

Nas sessões presenciais, os formandos terão oportunidades de trabalho individual e/ou em grupo, privilegiando-se o tratamento de propostas integradoras de carácter prático, em ligação com os contextos da escola/agrupamento e as experiências e conhecimentos prévios dos formandos. Não obstante, o trabalho autónomo implicará sempre um trabalho individual de aplicação da tarefas / conhecimentos diretamente em sala de aula.

O trabalho autónomo será divulgado através do Blogue de Educação para a Saúde do Agrupamento e disponibilizado num mural específico para o efeito, utilizando a ferramenta digital Padlet. Todas as sessões incluirão momentos e espaços de partilha de experiências e de discussão, enfatizando pontes fortes e aspetos a melhor, relativamente ao trabalho desenvolvido na sala de aula, na aplicação de conhecimentos / experimentação das metodologias.

Os formadores terão um papel facilitador, promovendo a reflexão sobre os temas e orientando os formandos no tratamento das questões de ordem teórica e prática a trabalhar em cada sessão.

O acompanhamento dos formandos, esclarecimento de dúvidas e apoio às atividades de aprendizagem far-se-á diretamente com as formadoras, através de uma articulação direta com a formadora (Coordenadora da Educação para a Saúde do Agrupamento).

Regime de avaliação dos formandos

A avaliação será expressa nos termos dos números 5 e 6 do artigo 4.º do Despacho n.º 4595/2015, com base nos seguintes parâmetros de avaliação e respetivas ponderações:

- 1) Participação nas Sessões (50%):
 - Realização das tarefas propostas em cada sessão de formação (25%);
 - Participação nas atividades de discussão/reflexão (25%).
- 2) Trabalho de aplicação dos conteúdos (50%):
 - Realização/apresentação dos Trabalhos (40%);
 - Entrega do Relatório de Reflexão final (10%).

Forma de avaliação da acção

- Relatório do Formador;
- Questionário aos formandos;
- Questionário à formadora.

Bibliografia fundamental

- Antunes, M.C. (2008a). Educação, saúde e desenvolvimento. Coimbra: Almedina, 47-63.
- Antunes, M.C. (2008b). Promoção e Educação para a saúde: a participação comunitária como proposta metodológica. In Bonito, J. (Coord). Educação para a saúde no séc. XXI – teorias, modelos e práticas. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora, 624 – 631. (Consult. 5/06/2010). Disponível em <http://www.ciep.uevora.pt/eps/2EPS.pdf>
- Associação Portuguesa de Nutricionistas (2014). Dieta Mediterrânica – um padrão de alimentação saudável. (Consult. 4/11/2016). Disponível em http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files_mf/1444921236ebookdietamediterraneaapncopia.pdf
- APAV (Consult. 02/11/2016). Disponível em <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/o-que-e2>
- APF (Associação para o Planeamento da Família). (Consult. 22/10/2016). Disponível em <http://www.apf.pt/infecoes-sexualmente-transmissiveis>
- APF (Associação para o Planeamento da Família). (Consult. 7/11/2016). Disponível em <http://www.apf.pt/metodos-contracetivos>
- BeStrong – Stop Bullying (Consult. 20/11/2016). Disponível em <https://www.facebook.com/BeStrongNow/>
- Comissão para a cidadania e igualdade de género. (Consult. 7/11/2016). Disponível em <https://www.cig.gov.pt/>
- Contraceção.pt. (Consult. 7/11/2016). Disponível em <http://www.contracecao.pt/PT/Home>
- Dias, J. R. (2009). Educação - O caminho da Nova Humanidade: das coisas às pessoas e aos valores. Lisboa: Papiro Editora.
- Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC)/ Direcção-Geral de Saúde (DGS)/Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) (2007). Consumo de Substâncias Psicoativas e Prevenção em Meio Escolar. (Consult. 5/11/2016). Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esauide/consumospa_prevencaoemioescolar.pdf
- Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (2010). Violência em Meio Escolar. (Consult. 3/11/2016). Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esauide/violenciacontextoescolar.pdf>
- Direcção-Geral de Educação. Guiões de Educação: Género e Cidadania. (Consult. 7/11/2016). Disponível em <https://www.dge.mec.pt/guioes-de-educacao-genero-e-cidadania>
- Direcção-Geral de Educação. Guia para estabelecimentos de ensino, pais, mães e encarregados de educação. (Consult. 7/11/2016). Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/guia_parental_fev2014_net.pdf
- Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (2006). Educação Alimentar em Meio Escolar Referencial para uma Oferta Alimentar Saudável. (Consult. 2/11/2016). Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esauide/educacao_alimentar_em_meio_escolar.pdf
- Fundação Portuguesa de Cardiologia. Alimentação e atividade física. (Consult. 10/11/2016). Disponível em <http://www.fpcardiologia.pt/alimentacao-e-atividade-fisica/>
- Luís, Gonzaga, Sousa e Guimarães (s/d). Guião de Formação de Professores.PRESSE, Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Departamento de Saúde Pública
- Manual MSD. (Consult. 7/11/ 2016). Disponível em <http://www.manuaismsd.pt/?id=215>
- Marinho, Anastácio e Carvalho (2010). Avaliação de projetos de Educação Sexual na perspectiva da Promoção da Saúde. (Consult.

15/11/2016). Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11184>

- Programa Nacional de prevenção e controlo de tabagismo. (Consult. 7/11/2016). Disponível em <file:///C:/Users/ANA/Downloads/i019344.pdf>

- Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral da Educação / Ministério da Saúde – Direção-Geral da Saúde (2012). Alergias alimentares. (Consult. a 4/11/2016). Disponível em file:///C:/Users/ANA/Desktop/2016-2017/Forma%C3%A7%C3%A3o/material%20ed.%20sa%C3%BAde/referencial_alergias_alimentares.pdf

- Rodrigues, Carvalho, Gonçalves e Carvalho(2007). Situações de Risco para a Saúde de Jovens Adolescente. (Consult.6/09/2010). Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6651/1/Situacoes%20de%20risco.pdf>

- Sampaio, Baptista, Matos e Silva (2005). Grupo de Trabalho de Educação Sexual – Relatório Preliminar. (Consult. a 02/01/2014). Disponível em http://www.dge.mec.pt/educacaosaude/data/educacaosaude/educacaosexual/relatorio_preliminar_es_31_10_2005.pdf.

- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2013). Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. (Consult. 4/11/2016). Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/pnrcad_seams_2013_2020.pdf

- Serviço Nacional de Saúde – Instituto Doutor Ricardo Jorge. Consultado a 7 novembro de 2016 em

<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/AreasCientificas/DoencasInfecciosas/AreasTrabalho/InfSexualmenteTransmissiveis/Paginas/inicial.aspx>

- Sicad (2011). Revista Toxicodependências (nº1, nº2, nº3). (Consult. 7/11/2016). Disponível em

<http://www.sicad.pt/PT/RevistaToxicodependencias/Paginas/default.aspx>

- Sociedade Portuguesa de Contraceção. (Consult. 20/10/2016). Disponível em <http://www.spdc.pt/index.php/tudo-sobre-os-metodos-contraceptivos-disponiveis>

- Sousa e Batista. (Coord.). (2007). Consumo de Substâncias Psicoactivas e prevenção em meio escolar. Lisboa: DGIDC, DGS, IDT.

Consultor de Formação

B.I. 7428931 Nome

Especialidade Formação

B.I. Nome

Processo

Data de recepção 11-12-2018 **Nº processo** 101112 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-93891/18

Data do despacho 27-02-2019 **Nº ofício** 237 **Data de validade** 10-04-2020

Estado do Processo C/ Aditamento - pedido deferido